

SITUAÇÕES DE ENSINO E METODOLOGIA

Geraldo Cintra
Unicamp - U.F. Viçosa

1.0 O ensino de qualquer disciplina pressupõe a seleção e ordenação do conteúdo a ser ensinado de maneira a estabelecer uma gradação que facilite a aprendizagem. Essa tarefa será necessariamente diferente para diferentes disciplinas, tendo em conta não apenas distinções de conteúdo intrínseco mas também o grau de famíliaridade dos discentes com os conceitos envolvidos e conceitos correlatos. Cumpre ainda considerar a importância de fatores externos que, aliados aos objetivos do ensino e às características discentes, irão determinar situações de ensino específicas.

Este artigo tem por objetivo fazer algumas considerações gerais concernentes às diferentes situações abrangidas no ensino de línguas vivas do ponto de vista de sua importância metodológica, cabendo ao leitor estabelecer a relação entre as considerações aqui expostas e o emprego de métodos¹ e técnicas particulares em situações específicas.

1.1 Costuma-se usualmente opor o ensino de língua materna ao ensino de línguas estrangeiras. Tal distinção, embora em geral metodologicamente conveniente,

encobre a complexidade de situações que envolvem o uso de uma ou mais línguas por membros de uma comunidade.² A importância relativa de duas ou mais línguas para um indivíduo ou grupo de indivíduos é a resultante de um complexo de fatores de interação, determinando situações específicas e características.

No ensino de língua, a distinção entre língua materna ou primeira língua e segunda língua ou língua estrangeira, cumpre acrescentar outra, decorrente da situação da língua a ser ensinada na região em que tal ensino se realiza.

1.2 Uma língua pode ser ensinada em região onde é normalmente falada ou em região de outra língua, isto é, como língua estrangeira propriamente dita. (Note-se que empregamos propositadamente o termo região, posto que a distribuição do uso lingüístico raras vezes coincide com fronteiras geopolíticas.) Na situação de ensino da língua local teríamos não somente o caso de uma língua falada em país de que é a única língua oficial (como o português, no Brasil) ou uma dentre duas ou mais línguas oficiais (como por exemplo o francês e o neerlandês na Bélgica), mas também o caso de uma ou mais línguas que, mesmo sem atingir o *status* de língua oficial, sejam faladas pelos habitantes de uma dada região (como o basco, na região limítrofe entre França e Espanha), ou ainda o caso de uma mesma língua ser língua oficial de mais de uma região (como se dá com o português, o inglês, o espanhol, etc.), ou apresentar diferente *status* em diferentes

regiões (por exemplo, língua oficial em uma região, mas língua franca em outra).

1.3 Da interação desses quatro fatores decorrem quatro situações que apresentam características próprias, constituindo, por conseguinte, cada uma delas uma situação única de ensino e aprendizagem:

- (1) *Ensino de língua local como língua materna.* É a situação usualmente denominada *ensino da língua materna* (por exemplo, ensino de português a brasileiros no Brasil, ou a portugueses em Portugal)
- (2) *Ensino de língua materna no estrangeiro.* É uma situação em geral restrita a situações particulares, tais como o ensino em escolas bilingües (por exemplo, ensino do alemão, inglês, japonês, etc. a descendentes de imigrantes no Brasil).
- (3) *Ensino de língua estrangeira propriamente dito.* Ensino de uma língua em região onde não é falada (por exemplo, ensino de inglês, francês, alemão, etc. no Brasil).
- (4) *Ensino da língua local como língua estrangeira* (por exemplo, ensino de português a estrangeiros no Brasil ou em Portugal).

1.4 Situações diversas implicam finalidades diversas em diferentes objetivos, requerendo, portanto

to, abordagem metodológica específica. A consideração de tais fatores é fundamental na determinação dos métodos e técnicas a serem adotados no ensino, bem como na definição de objetivos e mesmo na avaliação dos resultados obtidos. As características que definem tais situações podem ser reunidas sob quatro tópicos, a saber:

- a. *Situação* propriamente dita, abrangendo fatores motivacionais, conhecimento prévio, época em que se realiza a aprendizagem.

A motivação pode ser meramente *instrumental* (visando a utilização da língua apenas como veículo de acesso a determinado conhecimento ou como veículo de comunicação ocasional) ou *integrativa* (em que o indivíduo visa a assimilação dos valores de uma dada comunidade ou mesmo a integração efetiva). Ambos os casos admitem, naturalmente, uma ampla gama de variações: há, por exemplo, enorme diferença entre pretender apenas determinar o conteúdo geral de uma passagem e apreciar um texto literário, ou entre tirar melhor proveito de uma excursão turística e viver em um país estrangeiro.

Familiaridade prévia com o idioma é outro fator a ser levado em conta. Se o aluno já estiver acostumado a ouvir a língua, a vê-la escrita, se já estiver ao menos parcialmente familiarizado com alguns aspectos da cultura do(s) povo(s) que falam a língua que vai estudar, terá aí uma base que poderá facilitar a aprendizagem.

A época em que se verifica a aprendizagem também faz com que esta seja encarada diferentemente. Para quem já deixou para trás os bancos escolares, um curso de línguas pode constituir-se quer numa obrigação extra, um fator limitador de horas de lazer, quer numa distração, uma atividade de higiene mental, mas de qualquer forma não faz parte de um conjunto de atividades semelhantes, como no caso de quem estuda línguas como parte de um curso de primeiro ou segundo grau ou em nível universitário, ou paralelamente a tal curso.

1. *Condições* em que se verifica o ensino, que pode ser obrigatório ou facultativo, e ministrado em diferentes cursos e níveis, o que poderá refletir-se de diferentes maneiras na atitude dos alunos. Para quem faz um curso de línguas obrigatório, a única motivação pode ser desincumbir-se das tarefas socilitadas, a fim de evitar a reprovação. Por outro lado, as razões que levam alguém a optar por um curso facultativo podem ser extremamente variadas. Em cursos universitários, por exemplo, é frequente os alunos optarem por cursos de línguas por ser (ou por julgarem ser) mais fácil obter a aprovação desejada do que em outras disciplinas facultativas oferecidas. Em cursos de línguas desvinculados do ensino escolar, muitos alunos buscam realmente o domínio do idioma, mas não faltam os que apenas atendem à vontade dos pais ou a tendências da

época.

No caso de ensino de língua estrangeira, o maior ou menor contacto com outros falantes da língua e diferentes graus de necessidade (ou mesmo possibilidade) de uso são também fatores a considerar.

- c. *Objetivos* do ensino: conhecimento ou habilidades que se espera que sejam adquiridos (e que deverão ser definidos de maneira clara e precisa³). Um curso de línguas pode visar apenas transmitir ao aluno algumas noções fundamentais ou pretender um domínio operacional do idioma, que vai desde o necessário para a conversação em situações informais até a formação de tradutores, intérpretes e professores de línguas. Pode ainda ter por objetivo — não necessariamente único — transmitir conhecimento metalinguístico, como em cursos de Letras e Linguística e em boa parte do ensino escolar.
- d. *Finalidade* do ensino: a razão pela qual se espera que determinados conhecimentos sejam adquiridos. A rigor é conveniente considerar a finalidade proposta pelos organizadores do curso em questão e a finalidade visada pelos alunos, que poderá não ser a mesma.

Vejamos, como esses quatro aspectos se apresentam para cada uma das situações de ensino mencionadas acima.

2. Ensino da língua materna.

2.1 Situação.

Ao iniciar o estudo da língua (geralmente na infância) o aluno já domina --- embora apenas parcialmente --- o sistema linguístico em questão: é normalmente capaz de expressar-se oralmente, de compreender e fazer-se compreender nas situações sociais a que está habituado. O estudo da língua desenvolve-se à medida que o aluno vai tomando contacto com novas situações e vai adquirindo novos conhecimentos. Idealmente haverá um desenvolvimento paralelo desses três aspectos.

A motivação, neste caso, dependerá fundamentalmente de fatores socioculturais e, obviamente, da adequação do ensino às reais necessidades do aluno.

2.2 Condições.

O ensino da língua materna nessas condições é obrigatório e ministrado em todas as escolas e em todos os níveis fundamentais (ensino de primeiro e segundo grau ou, alternativamente, cursos supletivos). É também ministrado em cursos superiores de Letras, Linguística e Comunicações, com diferentes ênfases em função das necessidades dessas áreas específicas. Cumpre lembrar aqui ainda a inclusão eventual do ensino da língua materna em cursos de áreas não especificamente linguísticas (como por exemplo no chamado *curso básico* de graduação), bem como a popularidade de cursos livres de oratória, expressão verbal, etc.

Salvo em casos especiais, como o de pes

soas que vivem ou trabalham em ambientes onde sejam faladas outras línguas, o aluno empregará necessariamente em suas atividades normais a mesma língua que lhe é ensinada. Será, contudo, exposto a uma grande variedade de modelos, nem todos igualmente aceitáveis (podendo mesmo contradizer o modelo proposto no ensino).

2.3 Objetivos.

O principal objetivo do ensino de línguas nesta situação, especialmente nos níveis iniciais, é a ampliação e complementação do domínio operacional da língua, com vistas ao desenvolvimento da capacidade de compreensão e expressão oral e escrita. Por do mínio operacional queremos referir-nos à capacidade de compreensão e expressão, bem como à adequação da língua gem e diferentes situações, independentemente do conhecimento teórico com referência ao sistema (conhecimento metalingüístico).

Paralelamente a esse desenvolvimento, visa-se em geral também o conhecimento teórico a respeito do sistema como tal. É importante ressaltar que a aquisição de tais conhecimentos teóricos pressupõe o domínio mesmo parcial do sistema lingüístico em questão, mas tal relação de dependência não se verifica no sentido inverso.

2.4 Finalidade.

O ensino da língua materna nessas condições visa --- ou deveria visar --- primordialmente o domínio da língua para a integração e ascensão social e, eventual e secundariamente, a utilização desse domí

nio para o estudo da língua como objeto, quer do ponto de vista da lingüística teórica ou de suas múltiplas extensões interdisciplinares, quer em sua utilização como veículo de expressão artística.

3. Ensino da língua materna no estrangeiro

3.1 Situação.

De maneira geral, o estudo da língua materna no estrangeiro é realizado (quando o é) em escolas bilingües ou em instituições culturais, paralelamente ao da língua da região em que vive o aluno. O conhecimento da língua por parte dos alunos não é homogêneo: alguns alunos falarão a língua com fluência, inclusive empregando-a em sua vida diária, outros apresentarão um domínio inferior ao que se poderia esperar em função de sua idade e instrução (em comparação com falantes monolíngües da mesma idade e grau de instrução), enquanto que outros ainda poderão ter pouco ou nenhum conhecimento, falando melhor (ou apenas) a(s) língua(s) da região.

Para aqueles que pretendem voltar à região de origem a motivação será necessariamente integrativa, enquanto que para outros poderá ser meramente instrumental (visando, por exemplo, a comunicação com parentes, a leitura, etc.).

3.2 Condições.

As condições em que se verifica tal ensino estão sujeitas à influência de vários fatores, tais como o tamanho da comunidade, sua importância e

prestígio local, etc. O ensino poderá ser obrigatório em algumas regiões, comunidades ou escolas, e opcional em outras.

Fora do ambiente escolar os alunos poderão ter pouco ou nenhum contacto com a língua, bem como pouca necessidade --- ou mesmo possibilidade -- de utilizá-la. É ainda possível que fora da sala de aula tenham contacto com uma variedade de menor prestígio ou mesmo imperfeita (por exemplo, a fala de imigrantes já sujeita à interferência da língua local, ou fala de estrangeiros que não dominam a língua com perfeição), o que pode interferir na aprendizagem.

3.3 Objetivos.

Em alguns casos é possível que os objetivos de tal ensino sejam os mesmos que no ensino da língua materna na região de origem. Há contudo nesta situação o caso particular de alunos cujo domínio da língua esteja aquém do que se poderia esperar, podendo mesmo só falar a língua da região em que se encontram, e que teriam de aprender a língua materna como se se tratasse de uma língua estrangeira. Nesse caso, o objetivo fundamental será o de desenvolvimento da capacidade de compreensão e expressão.

Dependendo do uso que o aluno pretende fazer do conhecimento da língua, é provável que haja pouca motivação para a aquisição de conhecimento metalinguístico, exceto no caso dos que pretendem realizar estudos na região de origem, onde sabem que tais conhecimen

tos serão necessários na vida escolar.

3.4 Finalidade.

Em um país estrangeiro a finalidade principal do ensino da língua da região de origem (que, inclusive, poderá não ser a primeira língua do aluno) parece ser a de manutenção de uma identidade cultural e, eventualmente, a de integração na comunidade. Em alguns casos tal conhecimento poderá ter ainda utilidade no acesso a bibliografia específica, obras literárias e religiosas, etc.

No caso daqueles que se encontram apenas temporariamente no exterior, contudo, tal conhecimento poderá ser mais altamente motivado, notadamente no caso de estudantes que terão de (re-integrar-se no sistema de ensino da região de origem).

4. Ensino da língua local como língua estrangeira

4.1 Situação.

Esse ensino é dirigido a pessoas que em geral tiveram pouco ou nenhum contacto anterior com a língua e, em geral, necessitam aprendê-la para interação social imediata. A motivação é, por conseguinte, interativa, mas obviamente diferirá em função do grau de integração pretendido ou necessário. O tipo de atividade a ser exercida e o tempo de permanência na região são também fatores determinantes. (Compreende-se assim facilmente que frequentemente os vários membros de uma família

apresentem diferentes graus de domínio do idioma local, em função de diferentes necessidades.) Um elemento auxiliar neste caso é o conhecimento por parte do aluno de outra(s) língua(s) que apresente(m) semelhança com a lingua a ser aprendida.

4.2 Condições.

Obrigatório ou não, o ensino torna-se necessário, pois do domínio da língua dependerá a vida diária do aluno. No caso frequente daqueles cuja estada no estrangeiro é motivada por estudos ou atividades profissionais, a premência da necessidade de comunicação torna insuficiente e inadequado o aprendizado apenas através do contacto com outras pessoas.

A necessidade do uso faz com que o aluno não se possa restringir ao que aprende em aula. Por outro lado, o contacto com as pessoas e os mais variados meios de comunicação submete o aluno a grande variedade de modelos, por vezes em conflito, os quais incluem não só diferentes variedades regionais e estilísticas mas também, frequentemente, a fala incorreta de outros estrangeiros.

4.3 Objetivos.

O objetivo fundamental é aqui o dominio operacional do idioma, acrescido da necessidade de progresso rápido.

4.4 Finalidade.

A finalidade de tais cursos é de permitir o melhor e mais rápido acesso à língua local,

com vistas a integração social do aluno (frequentemente um profissional que necessita exprimir-se bem para poder exercer sua atividade, ou um estudante que depende de um certo domínio da língua para poder realizar os estudos que pretende).

5. Ensino de língua estrangeira propria
mente dito.

5.1 Situação.

Em geral ao iniciar o curso o aluno apresenta pouco ou nenhum conhecimento da língua. No ensino escolar obrigatório o aluno deverá em geral seguir a progressão estabelecida, mesmo que já apresente um certo domínio do idioma. Já em outros cursos há a possibilidade de situar o aluno numa etapa do curso adequada a seu nível de conhecimento.

A motivação pode ser dos mais variados tipos: assim como há quem faça um curso de línguas apenas por necessidade, encontram-se frequentemente aqueles que apresentam uma atração especial por línguas em geral; outros terão interesse em conhecer outros idiomas ou verão nesse conhecimento uma possível fonte de progresso em suas atividades. Interesses pessoais ou profissionais podem tornar necessário ou conveniente o conhecimento de línguas estrangeiras. Uma viagem de turismo, um curso no exterior, a participação em congressos ou atividades semelhantes, a mudança (temporária ou definitiva) para outro país, são fatores motivacionais frequentes.

5.2 Condições.

Dependendo da língua a ser estudada, o aluno poderá ter tido pouco ou nenhum contacto prévio com a mesma, e poderá ter pouca ou nenhuma possibilidade de utilizá-la fora da sala de aula, a não ser para a leitura de jornais e revistas ou eventualmente na audição de discos ou da trilha sonora de filmes.

Trata-se em geral de cursos não obrigatórios, ministrados em escolas de línguas ou em aulas particulares, embora ocorra também o ensino (obrigatório ou optativo) como parte de um currículo escolar.

É frequente a heterogeneidade (etária, sociocultural, motivacional) dos grupos de alunos, o que sem dúvida afeta a atividade docente.

5.3 Objetivos.

Tais cursos visam em geral o ensino da língua para o estabelecimento de condições de compreensão oral e escrita, com diferente ênfase em função de finalidades específicas.

A aquisição de conhecimento metalinguístico restringe-se em geral a cursos especializados (Letras, Linguística e semelhantes).

A apresentação de dados culturais será tratada diferentemente em diferentes cursos, mas dificilmente poderá estar ausente, sob pena de distorção da realidade da língua.

5.4 Finalidade.

Em geral tais cursos visam o acesso

ã língua estrangeira como nova possibilidade de comunicação, por vezes orientada em função de necessidades específicas, ou seja, privilegiando uma motivação instrumental.

6. É óbvio que situações diversas não poderão ser submetidas à abordagem metodológica idêntica.

Se admitirmos que um método é "um plano geral para a apresentação ordenada de material lingüístico" (Anthony, 1963), baseado numa abordagem teórica específica, abrangendo *seleção* e *gradação* desse material, como definição das técnicas a serem empregadas no ensino (cf. Mackey 1965, Cap. 5), cada uma das quatro situações por nós aqui consideradas definirá uma abordagem metodológica particular, cuja implementação estará ainda sujeita às características peculiares de docentes e discentes em cada situação concreta de ensino e aprendizagem.

6.1 A seleção do conteúdo a ser ensinado terá necessariamente de levar em conta os objetivos e finalidade do curso. Por exemplo, se os pronomes e a flexão verbal de segunda pessoa do plural em português são tratados paralelamente às outras formas no ensino escolar, dificilmente serão encontrados num curso intensivo de português para estrangeiros no Brasil; em contrapartida, neste ũltimo poderá ser necessário familiarizar os alunos (ao menos do ponto de vista da compreensão) com formas coloquiais ou mesmo vulgares de uso corrente, cujo ensino a falantes nativos não sō seria redundante

mo destoaria dos objetivos do ensino escolar.

6.2 Qualquer que seja o resultado desse processo de seleção, terá de ser submetido a uma gradação, em virtude da impossibilidade de apresentação simultânea de todo o material. Tal gradação poderá estar baseada em características estruturais, funcionais ou nocionais, mas sempre estará sujeita à influência das condições particulares de ensino em cada situação.

Falar em seleção e gradação usualmente evoca a noção de elementos lexicais ou gramaticais. Convém contudo não esquecer os aspectos sociolinguísticos da comunicação, notadamente os referentes à adequação da expressão à situação e aos interlocutores. Em muitas situações concretas a adequação na comunicação demonstra-se de maior importância que a mera correção linguística.

6.3 A escolha de técnicas para a apresentação do material a ser ensinado depende em grande parte do professor. Uma técnica é "um recurso, estratagema usado para se conseguir um determinado objetivo. As técnicas devem ser consistentes com um método e, portanto, devem estar de acordo com uma abordagem teórica." (Anthony, 1963).

As técnicas devem ainda ser adequadas ao público visado: técnicas que produzem excelentes resultados com grupos de crianças poderão ser inaplicáveis no caso de alunos adolescentes ou adultos. Alunos altamente motivados poderão dedicar-se com afinco a atividades que seriam pouco atraentes para outros alunos. Em si, as técnicas

cas não são certas ou erradas: é o uso que delas se faz que pode ser considerado adequado ou inadequado.

6.4 Tais considerações podem tornar-se ainda mais significativas se tivermos em conta que a tão desejada homogeneidade dos grupos de alunos é mais a exceção do que a regra, no sentido de línguas. Dificilmente pode-se contar com classes homogêneas com relação a conhecimento, idade, interesses, etc. Em geral, quando há uma seleção esta é feita com base em conhecimento linguístico ou área de atividade.

Nessas condições, o professor poderá ver-se ante a necessidade de recorrer a diferentes estratégias didáticas e motivacionais ao tratar com diferentes alunos de um mesmo grupo. Ainda assim, nem sempre as respostas dos alunos serão as esperadas pelo professor.

7.0 Toda atividade de ensino pressupõe a correção de erros e a avaliação da aprendizagem, constituindo-os, por conseguinte, em atividade essencialmente normativa.

Tanto a determinação da norma a ser adotada como o conceito de erro são assuntos de grande interesse, cuja discussão foge ao âmbito deste trabalho. Contudo, não poderíamos deixar de observar que se trata de conceitos que deverão ser analisados com base nas características específicas de cada situação particular, e que não podem perder de vista os objetivos e a finalidade do ensino nas condições consideradas.

7.2 A imensa bibliografia existente com respeito à metodologia do ensino de línguas nas mais variadas situações e às aplicações de conceitos lingüísticos (inclusive os sociolingüísticos) nesse ensino constitui um valioso pano de fundo contra o qual julgar a complexidade de cada situação particular de ensino. É contudo o professor --- e somente ele --- que pode integrar esses ensinamentos, deles depreendendo a abordagem metodolôgica mais adequada à solução dos problemas concretos com que se depara.

NOTAS:

1. Empregamos o termo *método* no sentido de "plano geral para a apresentação ordenada de material", conforme definido em Anthony (1963), e não no de livro didático, como é popularmente usado.
2. Para a discussão das múltiplas situações envolvidas e da inadequação das expressões *língua materna/estrangei*ra, *primeira/segunda língua* veja-se Christophersen(1973)
3. Para os critérios na formulação de objetivos veja-se Bloom *et al.* (1972).

BIBLIOGRAFIA:

ANTHONY, E.M. - "Approach, method, and technique", *English*

Language Teaching 17 (1963), 63-67 (Também em
English Teaching Forum 3/1 (1965) 7-10.)

BLOOM, B.S. *et al.* - *Taxionomia de objetivos educacionais*
(Vol. 1: Domínio Cognitivo; Vol. 2: Domínio
afetivo). Porto Alegre: Globo, 1972.

CHRISTOPHERSEN, P. - *Second-language learning: myth &
reality* - Harmondsworth: Penguin, 1973.

MACKEY, W.F. - *Language teaching analysis*, Londres ,
Longmans, 1965.